

Funaro: os juros externos

O ministro, que fala hoje na assembléia do FMI, pedirá as mesmas taxas da época de assinatura dos contratos.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, refletindo uma posição comum às autoridades financeiras dos países devedores, disse ontem em Washington, que as taxas de juros que recaem sobre a dívida externa do País têm de baixar substancialmente. Funaro disse que a libor (taxa interbancária de Londres) ainda está cerca de quatro pontos de porcentagem acima da inflação norte-americana e que, quando o Brasil contratou grande parte de sua dívida, a taxa de juros real (descontada a inflação) era de apenas 1%.

Funaro disse a seguir, numa conversa com jornalistas brasileiros, ontem à tarde, no restaurante do Fundo Monetário Internacional, que as taxas históricas são muito inferiores à atual. "Houve pico de três pontos reais", disse, "mas a grande parte ficou em mais um e menos um (ponto de porcentagem)".

O ministro da Fazenda, que participa em Washington de reuniões dos órgãos assessores do FMI e do Banco Mundial, disse que o Brasil exporta hoje 23,8% da poupança nacional ou o equivalente a 5,3% do seu Produto Interno Bruto. "Se o País está mandando poupança para fora, evidentemente está deixando de investir internamente", declarou.

Disse ainda que o Brasil pode viver sem precisar de dinheiro novo, isto é, de novos empréstimos dos credores, e continuar pagando os juros da dívida. Mas deu a entender que novos empréstimos seriam necessários para compor o esforço de desenvolvimento do País. Para o ministro, contudo, é essencial que se normalize o custo do dinheiro internacional.

Quando lhe perguntaram se considerava válido o argumento de países industrializados e credores, segundo o qual se deve deixar que o mercado guide o nível de juros, como aconteceu finalmente com o

Quarta-feira, 9-4-86 — O ESTADO DE S. PAULO

têm de cair.

E repetiu que não precisa de acordo com o FMI.

Funaro e assessores na reunião de ontem no FMI

preço do petróleo, Funaro respondeu que o mercado funciona para o preço das commodities, mas que o nível dos juros é uma questão de política econômica. Se os países ricos aumentam os déficits e aí usam políticas que produzem a elevação dos juros para corrigir seus problemas, isso já não é uma questão de mercado.

Funaro, que hoje fará um discurso importante na reunião do comitê interino — discurso que, segundo um assessor, conterá maior volume de decibéis —, disse que fará uma série de ponderações sobre o problema dos juros e a maneira de resolver a crise que afeta os devedores.

O ministro brasileiro demonstrou não estar muito preocupado com as repercussões externas do Plano de Estabilização da Economia, afirmando que o programa "é nosso e foi feito para nós. Agora afirmou — temos de resolver os problemas que nos ligam à comunidade internacional".

A respeito das relações do País com o Fundo Monetário International, Funaro disse não estar cogitando de nenhuma acomodação com o objetivo de facilitar a negociação com os bancos privados. "Estamos sempre indo no caminho de demonstrar que o Brasil tem total

condição de fazer acordo com os credores sem o Fundo. Não queremos a presença do Fundo na discussão da política econômica do País."

O ministro da Fazenda, disse não estar pensando nem sequer em acordo mais informal, do tipo feito pela Venezuela, com a instituição. Contudo, Funaro afirmou que a missão do FMI poderá visitar o Brasil para levantar dados sobre a economia brasileira, no contexto das consultas anuais previstas para todos os membros pelo artigo IV dos estatutos da instituição. "Essa é a única ligação que temos com o Fundo", disse.

Funaro disse também que o FMI não gosta de divulgar seus relatórios e que o Brasil não lhe pedirá que forneça relatórios sobre o Brasil aos bancos credores do País, como acontece nos casos de monitoramento ampliado.

O ministro, que ontem visitou o senador democrata Ted Kennedy, ficou de se avistar hoje com o líder democrata na Câmara, Tip O'Neill. Funaro esteve com ambos no Brasil. O ministro disse ainda que não tinha encontro previsto com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, mas que ainda poderá ocorrer.

Em conversa separada com a

imprensa, o chefe da Assessoria Externa do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, disse que até o fim deste ano o Brasil terá acumulado atrasados no valor US\$ de 2,4 bilhões (entre juros e principal) com os governos credores membros do Clube de Paris. Alencar deve partir neste fim de semana para Paris, a fim de tentar negociar um acordo plurianual de reescalonamento dessa dívida com o grupo.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, comentou posteriormente que não interessa ao País pagar esses atrasados com o Clube de Paris e liquidar o problema de uma vez. "Isso prejudicaria as reservas internacionais que o Brasil vem acumulando", disse. No ano passado, o Banco Central acrescentou US\$ 500 milhões a essas reservas e este ano poderá adicionar-lhes mais de US\$ 1,2 bilhão.

Funaro foi ontem eleito, a contragosto, segundo vice-presidente do Grupo dos 24, o que significa que, dentro de três anos, o Brasil ocupará a presidência do grupo que representa os países em desenvolvimento. Os ministros do grupo reuniram-se ontem e aprovaram um comunicado contendo as posições que defenderão a partir de hoje nas reuniões do comitê interino e do comitê de desenvolvimento. Muitas dessas posições foram divulgadas ontem pelo JT.

Funaro disse que a questão do petróleo exigiu longas discussões do grupo, com diversos exportadores pleiteando que o comunicado proclamassem que a queda do preço do produto prejudica a economia internacional. Essa não é, evidentemente, a opinião dos importadores de petróleo, como o Brasil. Segundo alguns produtores, o fenômeno acarretará uma transferência de US\$ 80 bilhões dos produtores para os importadores neste ano.

**A.M. Pimenta Neves,
de Washington.**